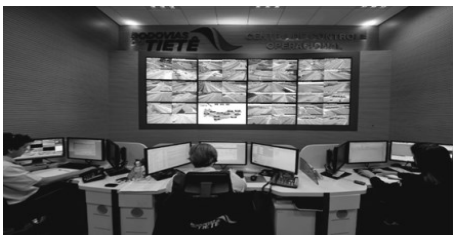
1T18

Divulgação de Resultados

www.rodoviasdotiete.com.br



Relatório da Administração - 31 de Março 2018

11 de Maio de 2018 - A Concessionária Rodovias do Tietê S.A.- "Rodovias do Tietê", que administra 415 km de rodovias e acessos no Estado de São Paulo, divulga seus resultados do primeiro trimestre de 2018.

Apresentação dos Resultados

As informações contábeis intermediárias da Companhia para os períodos findos em 31 de Março de 2018 e 2017 foram elaboradas de acordo o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e de acordo com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting.

Assim, e como descrito no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 03/2011, a Companhia optou por apresentar as notas explicativas às informações contábeis intermediárias de forma resumida nos casos de redundância em relação ao apresentado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017. Nesses casos, foi indicada a localização da nota explicativa completa na demonstração financeira anual para evitar prejuízo ao entendimento da posição financeira e do desempenho da Companhia durante o período intermediário. Consequentemente, as presentes informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Tópicos	Índice
Sobre a Concessão	Página 3
Destaques	Página 4
Sumário Executivo	Página 5
Tráfego de veículos e Eixos equivalentes	Página 6
Tráfego por praça	Página 7
Tarifas de pedágio	Página 8
Receitas	Página 9
Custos e Despesas operacionais	Página 10
EBITDA e Margem Ebtida	Página 11
Resultado Financeiro	Página 12
Debêntures	Página 13
Principais Obras e Investimentos	Página 17
Responsabilidade Socioambiental	Página 19
Demonstrações Financeiras	Página 20
Relacionamento com o Auditor	Página 24

Nuno Filipe Nogueira Alves Coelho

Diretor Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores / CFO

Tel.: (11) 4602-7900

Fax: (11) 4602-8069

E-mail: ri@rodoviasdotiete.com.br

www.rodoviasdotiete.com.br/ri

Concessionária

Em abril de 2009, a Rodovias do Tietê assinou, junto ao Governo do Estado de São Paulo, o contrato de concessão de 30 anos do Corredor Leste da Marechal Rondon. Para a gestão dos mais de 400 km de rodovias e acessos, a Concessionária pagou, em 18 meses, R$ 517MM a título de outorga fixa.

O trecho concedido é constituído pela SP-101 (Rodovia Jornalista Francisco Aguirre Proença), SP-113 (Rodovia Dr. João José Rodrigues), SP-308 (Rodovia Comendador Mário Dedini), SP-300 (Rodovia Marechal Rondon) e SP-209 (Rodovia Prof. João Hipólito Martins), interligando 25 municípios do interior do Estado de São Paulo.

Durante o período de concessão, serão investidos mais de R$ 2,1Bi na duplicação de mais de 90 km de vias, construção de 73 km de vias marginais, 87 km de faixas adicionais, 148 km de acostamentos e 24 passarelas. Entre as principais obras estão a duplicação da SP-101 e da SP-308 e o Contorno de Piracicaba, que contribuem com o desenvolvimento econômico da região e proporcionam mais segurança aos milhares de usuários que utilizam o sistema diariamente.

2009

A Rodovias do Tietê assinou o contrato de 30 anos de concessão do Corredor Leste da Marechal Rondon.

2011

Melhorias de Obras de Artes Especiais, Sinalização e novas Passarelas são realizadas.

2013

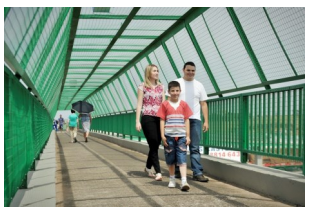
Primeiro trecho da duplicação da SP-101 é entregue.

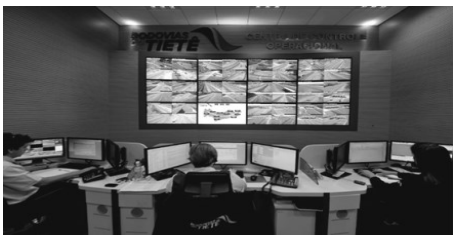
2015

Conclusão dos trechos de duplicações da SP-101 (Km 14+640 ao 25+700) e da SP-308 (Km 127+730 ao 153+500)

2016

Inauguração do Contorno de Piracicaba.





Destaques:

Receita	✓ R$ 54 milhões de receita líquida.
Tráfego	✓ Aumento de 1,02% no tráfego pedagiado e aumento de 1,69% no tráfego em eixos equivalentes.
Obras	✓Melhorias de dispositivos - SP-300; ✓Recuperação de Pavimento - SP-308; ✓Recuperação do Dispositivo do km 177+700 da SP-300; ✓Recapeamento das Rodovias Vicinais; e ✓Duplicação da SP-101 x SP-113.

Sumário Executivo

A economia brasileira no primeiro trimestre de 2018 continua fortemente apresentando sinais de recuperação e crescimento. A taxa básica de juros do Banco Central do Brasil (SELIC) fechou em 6,5% a.a. em março de 2018, segundo o relatório do COPOM. Vale ressaltar também que o IBGE apurou o índice oficial de inflação do país (IPCA) em 2,68% no acumulado nos últimos 12 meses. Segundo relatório Focus do Banco Central, divulgado no dia 29 de março de 2018, a previsão era que o Produto Interno Bruto (PIB) de 2018 ficasse 3% superior ao ano de 2017 . O crescimento do PIB, segundo o IBGE, é efeito do agronegócio, que vem crescendo pela supersafra de grãos (soja e milho). O setor de serviços também impulsionou o crescimento do PIB através das atividades imobiliárias e pelo transporte.

No primeiro trimestre de 2018 houve um crescimento de 1,02% no tráfego de veículos, quando comparado ao mesmo período do ano anterior, esse crescimento deve-se, principalmente pelo crescimento econômico do país. Já o tráfego de veículos por eixos equivalentes houve um crescimento de 1,69%, quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

As principais obras realizadas foram as melhorias nos dispositivos da SP-300, a recuperação do pavimento da SP-308, recapeamento do dispositivo do km 171+700 da SP-300, recapeamento de vicinais e duplicação da SP-101 x SP-113.

Tráfego

No primeiro trimestre de 2018 o volume de tráfego teve um acréscimo de 1,02% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. O fluxo de veículos de passeio cresceu 0,90%, enquanto comerciais leves teve uma queda de 1,20% e comerciais pesados cresceram em 4,85%.

>> Veículos

Tráfego em milhares de veículos	2018*	2017*	Variação
Passeio	4.885.481	4.841.968	0,90%
Comercial Leve	801.824	811.574	-1,20%
Comercial Pesado	660.954	630.369	4,85%
Total	**6.348.259**	**6.283.911**	**1,02%**

*Volume acumulado do período de Janeiro à Março.

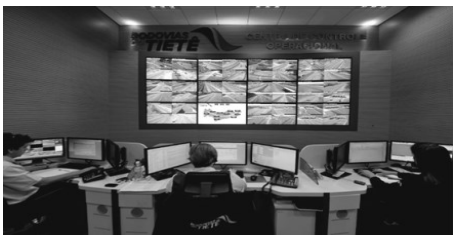
No primeiro trimestre de 2018 o volume de tráfego de eixos equivalentes cresceu 1,69% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. O fluxo de veículos de passeio cresceu 0,78%, enquanto comerciais leves teve uma queda de 1,33% e comerciais pesados cresceram em 4,46%.

>> Eixos Equivalentes

Tráfego em milhares de veículos	2018*	2017*	Variação
Passeio	4.804.456	4.767.179	0,78%
Comercial Leve	1.997.505	2.024.457	-1,33%
Comercial Pesado	3.925.514	3.758.044	4,46%
Total	**10.727.475**	**10.549.680**	**1,69%**

*Volume acumulado do período de Janeiro à Março.

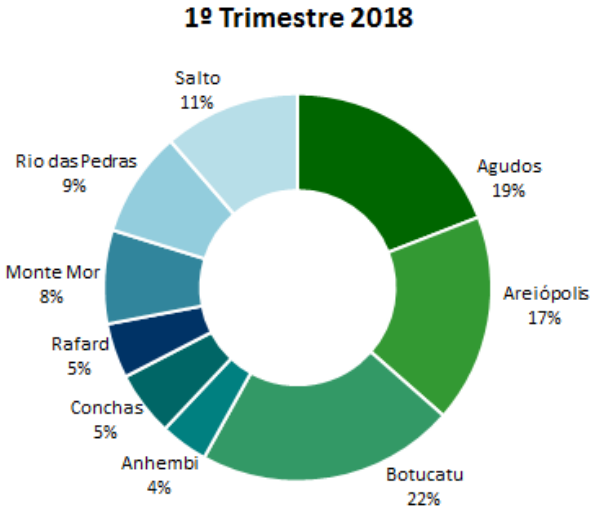
Este crescimento é resultado da retomada do crescimento econômico do país.

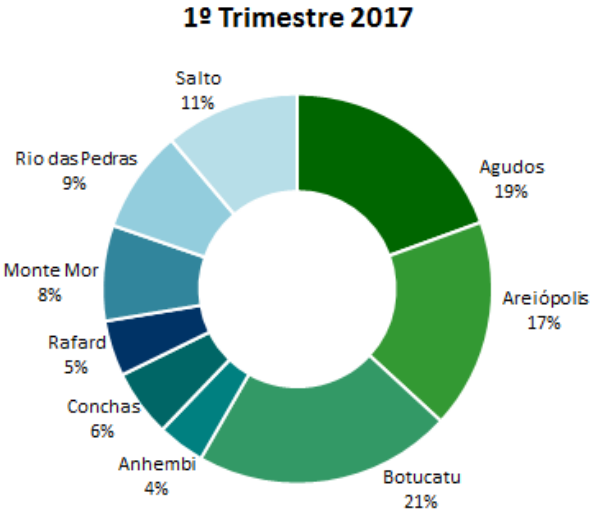


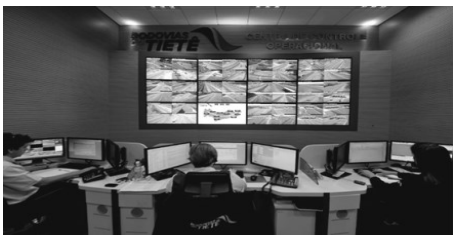
Tráfego

>> Tráfego por praça

O corredor de exportação localizado na SP-300 composto pelas praças de pedágio de Agudos, Areiópolis e Botucatu, representa a maior parte da receita da companhia, cerca de 58% em eixos equivalentes. Já os corredores Municipal, Multisetorial e Industrial somados representam 42% da receita.







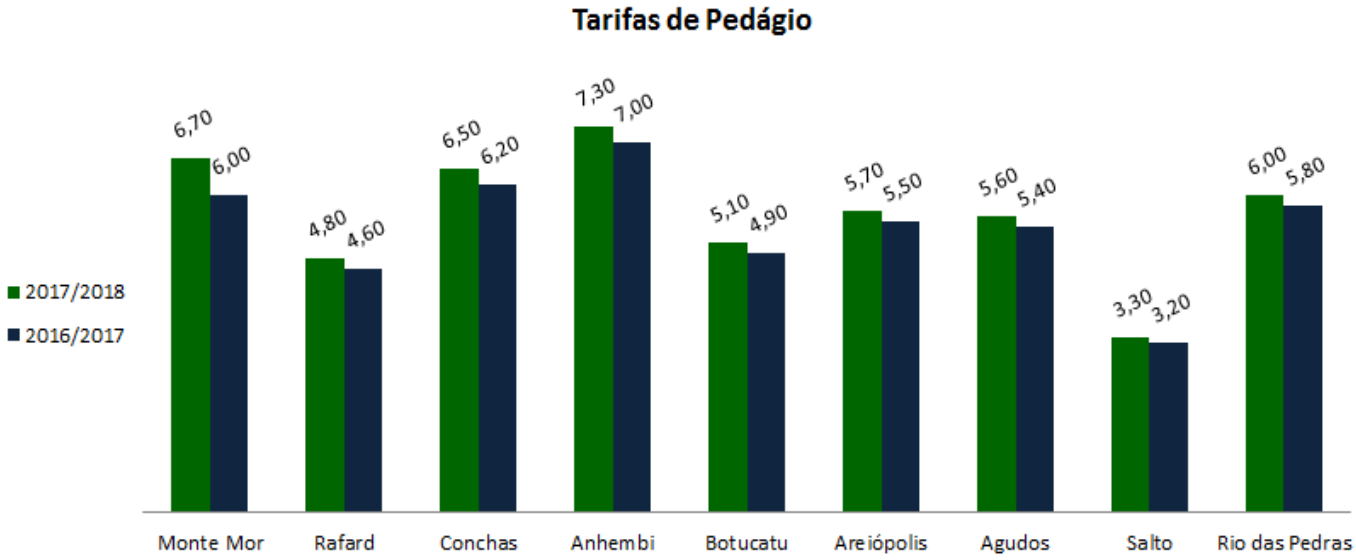
Tráfego

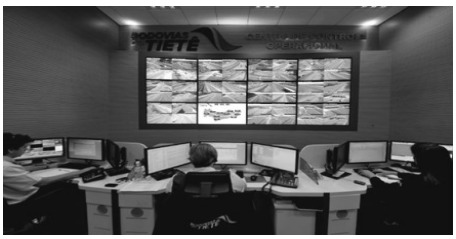
>> Tarifas de Pedágio

Em Julho de 2017 houve reajuste das tarifas de pedágio em 3,6% e a reclassificação tarifária da Praça de Pedágio de Monte Mor em razão da duplicação do trecho rodoviário entre o km 14+640 e o km 25+700 da rodovia SP 101.

A tarifa média da Concessionária por eixo equivalente em 2017/2018 é de R$ 5,67 contra R$ 5,40 em 2016/2017.

Praça de pedágio	2017/2018	2016/2017
Monte Mor	R$ 6,70	R$ 6,00
Rafard	R$ 4,80	R$ 4,60
Conchas	R$ 6,50	R$ 6,20
Anhembi	R$ 7,30	R$ 7,00
Botucatu	R$ 5,10	R$ 4,90
Areiópolis	R$ 5,70	R$ 5,50
Agudos	R$ 5,60	R$ 5,40
Salto	R$ 3,30	R$ 3,20
Rio das Pedras	R$ 6,00	R$ 5,80
Tarifa Média	**R$ 5,67**	**R$ 5,40**





Receitas

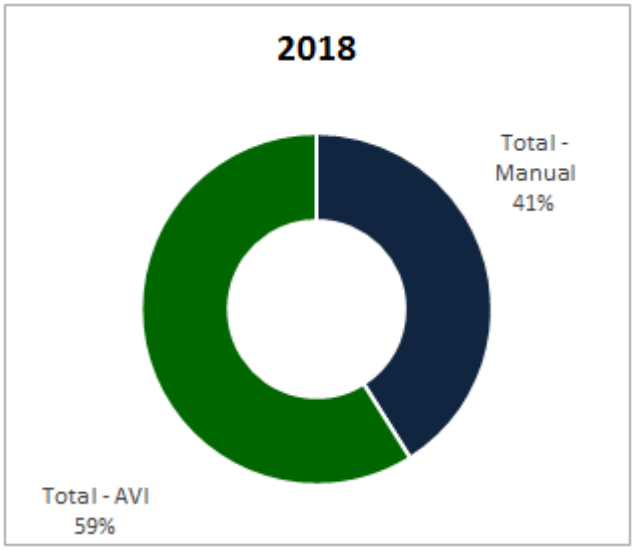
Receitas (em R$ mil)	2018*	2017*	Variação
Receitas de Pedágio	58.045	54.619	6,27%
Receitas Acessórias	2.175	2.059	5,63%
Impostos sobre Receitas	(5.807)	(5.140)	12,98%
Receitas Operacionais	**54.413**	**51.538**	**5,58%**
Receitas de Construção	11.771	8.806	33,67%
TOTAL	**66.184**	**60.344**	**9,68%**

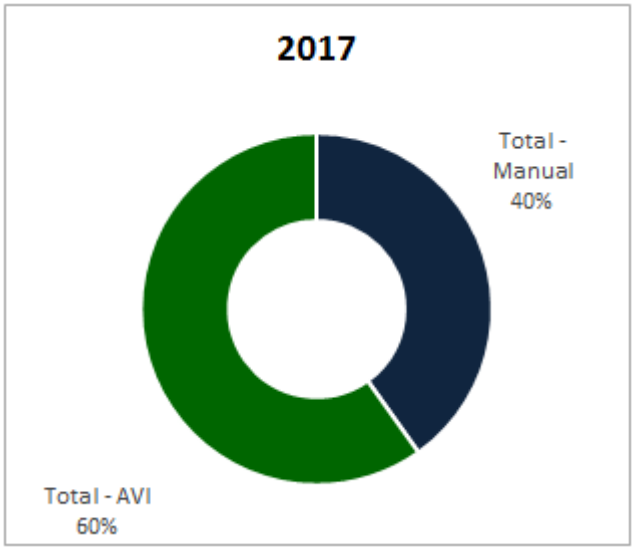
*Saldo acumulado do período de Janeiro à Março.

A Concessionária obteve, no primeiro trimestre de 2018, uma receita bruta com arrecadação de pedágio de R$ 58.045 mil (R$ 54.619 mil no mesmo período de 2017) e arrecadou R$ 2.175 mil no primeiro trimestre de 2018 (R$ 2.059 mil no mesmo período de 2017) a título de receita acessória. Sobre estes valores foram recolhidos ISSQN, PIS e COFINS totalizando R$ 5.807 mil no primeiro trimestre de 2018 (R$ 5.140 mil no mesmo período do ano anterior).

Além disso, atendendo às novas Normas de Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, a Concessionária reconheceu, no período em análise, R$ 11.771 mil de receita de construção contra R$ 8.806 mil no mesmo período do ano anterior com contrapartida nos custos de construção.

>> Formas de Pagamento





Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais refletem gastos com pessoal, dispêndios com manutenção e conservação da infraestrutura concedida, serviços de terceiros, custos referentes à outorga variável sobre a arrecadação de pedágio e as receitas acessórias e dispêndios com seguros e garantias. Já os demais custos representam lançamentos contábeis oriundos das novas práticas contábeis e que não geram efeito caixa.

Custos e Despesas Operacionais	2018*	2017*	Variação
Com Pessoal	(5.319)	(5.396)	-1,43%
Honorários da Administração	(688)	(653)	5,36%
Manutenção e conservação	(10.017)	(10.051)	-0,34%
Serviço de terceiros	(1.799)	(1.883)	-4,46%
Ônus variável da concessão	(962)	(851)	13,04%
Seguros e Garantias	(596)	(633)	-5,85%
Outros	(1.393)	(1.538)	-9,43%
Subtotal	**(20.774)**	**(21.005)**	**-1,10%**
Custo de serviços de construção	(11.170)	(8.772)	34,18%
Provisão para manutenção em rodovias	(3.033)	(6.085)	-50,16%
Depreciação e amortização	(9.486)	(7.122)	33,19%
Total	**(45.063)**	**(42.984)**	**4,84%**

*Saldo acumulado do período de Janeiro à Março.

No primeiro trimestre de 2018, houve um aumento de 4,84% nos custos e despesas operacionais que passaram de R$ 42.984 mil em 2017 para R$ 45.063 mil em 2018. As principais variações foram:

⇒ Honorários da administração: Aumento das provisões e dos encargos sobre férias;

⇒ Serviços de terceiros: Redução nos contratos de transporte de colaboradores;

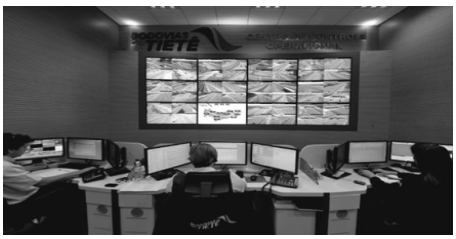
⇒ Ônus variável da concessão: Aumento em função do reajuste das tarifas de pedágio em 01/07/2017 e também aumento nas receitas acessórias;

⇒ Outros: Redução em função de autuação administrativa pelo órgão regulador ARTESP registrada no primeiro trimestre de 2017;

⇒ Custo de serviços de construção: Aumento nas aquisições do ativo intangível;

⇒ Provisão para manutenção em rodovias: Revisão das provisões para manutenção futura da infraestrutura devido à proximidade no novo ciclo de recapeamento e de sinalização horizontal que será iniciado em 2018; e

⇒ Depreciação e amortização: Aumento em função da revisão da taxa de amortização da curva de demanda de tráfego.



EBITDA e MARGEM EBITDA

O EBITDA apresentado na tabela abaixo é ajustado para melhor refletir a geração de caixa da Companhia, ou seja, com a exclusão das provisões para manutenções futuras exigida pelas novas práticas contábeis.

EBITDA (em R$ mil)	2018*	2017*	Variação
Resultado Líquido do Período	(12.021)	(13.693)	-12,21%
(+/-) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(6.169)	(6.743)	-8,51%
(+/-) Resultado Financeiro Líquido	43.266	37.921	14,10%
(+/-) Depreciação e Amortização	9.486	7.122	33,19%
EBITDA	**34.562**	**24.607**	**40,46%**
(+/-) Provisão para manutenção em rodovias	3.033	6.085	-50,16%
EBITDA AJUSTADO (a)	**37.595**	**30.692**	**22,49%**
Receitas Operacionais (b)	**54.413**	**51.538**	**5,58%**
MARGEM EBITDA AJUSTADO (a/b)	**69,09%**	**59,55%**	**9,54 p.p**

*Saldo acumulado do período de Janeiro à Março.

No primeiro trimestre de 2018, houve um aumento de 22,49% no EBITDA ajustado, que passou de R$ 30.692 mil no primeiro trimestre de 2017 para R$ 37.595 mil no mesmo período de 2018. Já a margem EBITDA ajustado teve um aumento de 9,54 p.p.

Além disso, houve um aumento de 33,19% na depreciação e amortização que passou de R$ 7.122 mil no primeiro trimestre de 2017 para R$ 9.486 mil no mesmo período de 2018, em função da revisão da taxa de amortização da curva de demanda de tráfego. Houve também uma variação de -50,16% na provisão para manutenção em rodovias por conta da revisão das provisões para manutenção futura da infraestrutura devido à proximidade no novo ciclo de recapeamento e de sinalização horizontal que será iniciado em 2018.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro do primeiro trimestre de 2018, comparado ao mesmo período de 2017, é composto da seguinte forma:

Resultado Financeiro (em R$ mil)	2018*	2017*	Variação
Juros sobre Debêntures e Notas Promissórias	(41.100)	(41.369)	-0,65%
Juros sobre Mútuo	(3.146)	(3.904)	-19,42%
Outras Despesas Financeiras	(2.951)	(1.389)	112,46%
TOTAL DESPESAS FINANCEIRAS	**(47.197)**	**(46.662)**	**1,15%**
Receitas Financeiras	3.931	8.741	-55,03%
TOTAL RESULTADO FINANCEIRO	**(43.266)**	**(37.921)**	**14,10%**

*Saldo acumulado do período de Janeiro à Março.

No primeiro trimestre de 2018 houve um aumento de 14,10% no resultado financeiro que passou de (R$ 37.921) no primeiro trimestre de 2017 para (R$ 43.266) mil no mesmo período de 2018. As principais variações foram:

⇒ Outras despesas financeiras: Aumento em função do AVP da provisão para manutenção em rodovias e dos custos de transação com as debêntures.

⇒ Receitas Financeiras: Menores valores aplicados e menor CDI sobre as aplicações financeiras vinculadas.

Debêntures

Conforme aprovado em reuniões do Conselho de Administração e Assembleia Geral Extraordinária realizadas em 13 de maio de 2013, bem como autorizada pela ARTESP, por meio de Deliberação do Conselho Diretor de 23 de maio de 2013, publicada no Diário Oficial da União em 30 de maio de 2013, a Companhia efetuou, em 15 de junho de 2013, a emissão de 1.065.000 debêntures simples, incentivadas de acordo com a lei 12.431, com valor nominal unitário de R$1.000,00 (mil reais), sob regime de garantia firme de colocação, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia real, em série única, nominativas e escriturais, perfazendo o montante total de R$1.065.000 mil.

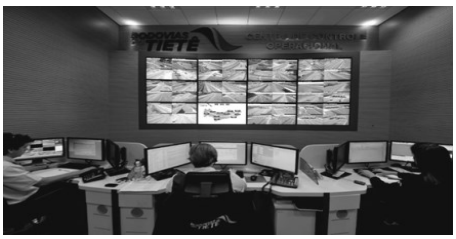
As debêntures foram objeto de oferta pública de distribuição registrada na CVM, em conformidade com a Instrução CVM 400 e demais disposições legais, regulamentares e auto regulatórias aplicáveis. O registro da Oferta foi requerido por meio do procedimento simplificado instituído pela Instrução da CVM 471, sendo a oferta submetida previamente à análise da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA (“ANBIMA”).

Foram também realizados simultaneamente esforços de colocação das debêntures: (1) nos Estados Unidos da América em operações isentas de registro nos termos da U.S. Securities Act of 1933 para compradores institucionais qualificados, conforme definidos na Rule 144A editada pela Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos (“SEC”); e (2) nos demais países, que não os Estados Unidos da América e o Brasil, para investidores que sejam pessoas não residentes nos Estados Unidos da América ou não constituídas de acordo com as leis daquele país, de acordo com a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor e com base na Regulation S, editada pela SEC no âmbito do Securities Act.

Os recursos obtidos na data de liquidação, em 05 de julho de 2013, totalizaram R$1.071.202 mil. Esses recursos financeiros, líquidos de custos de captação de R$65.320 mil, foram utilizados na liquidação antecipada da 4ª série de Notas Promissórias comerciais, no montante de R$610.210 mil, em 05 de julho de 2013, e o restante permaneceu investido em contas reservas para garantir o pagamento dos juros sobre as debêntures, o financiamento parcial das obras previstas no Contrato de Concessão e de Custos Operacionais.

As debêntures estão garantidas pela alienação fiduciária das ações da Companhia e cessão fiduciária dos direitos creditórios oriundos da concessão.

As debêntures são remuneradas pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA (“IPCA”), apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, mais juros anuais de 8% e o prazo de vigência de 15 (quinze) anos contados da data de emissão em 15 de junho de 2013, vencendo-se, portanto, em 15 de junho de 2028, porém com amortizações programadas do valor nominal a partir de 15 de dezembro de 2017. Os juros são pagos semestralmente. Já foram realizados nove pagamentos de juros, em 15 de dezembro de 2013 no montante de R$ 43.653 mil, em 15 de junho de 2014, no montante de R$ 43.365 mil, em 15 de dezembro de 2014, no montante de R$ 46.517 mil, em 15 de junho de 2015, no montante de R$ 46.650 mil, em 14 de dezembro de 2015, no montante de R$ 50.981 mil, em 14 de junho de 2016, no montante de R$ 51.851 mil, em 14 de dezembro de 2016, no montante de R$ 54.109 mil, em 14 de junho de 2017, no montante de R$ 54.157 mil e em 14 de dezembro de 2017, no montante de R$ 56.871 mil. A primeira amortização do valor nominal ocorreu em 14 de dezembro de 2017, no montante de R$ 9.283 mil.



Debêntures - (continuação)

Em 18 de Dezembro de 2015 foi realizada a assembleia geral de debenturistas (AGD) para deliberar sobre a dispensa do cumprimento dos seguintes Índices Financeiros estabelecidos na Cláusula 4.16.3, item “m”, subitens “i” e “ii” da Escritura de Emissão:

i) Índice de Cobertura do Serviços da Dívida (“ICSD”), conforme fórmula descrita no Anexo I da Escritura, para os seguintes períodos: (a) o período findo em 30 de junho de 2016; e (b) o período findo em 31 de dezembro de 2016; e

ii) Relação entre Dívida Financeira (conforme definido na Escritura) e Capital Total (conforme definido na Escritura), para os seguintes períodos: (a) o período findo em 31 de dezembro de 2015; (b) o período findo em 30 de junho de 2016; e (c) o período findo em 31 de dezembro de 2016.

Ainda na mesma AGD, foram aprovados os seguintes condicionantes, a vigorar para os semestres findos em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2016 :

i) Da relação entre Divida Financeira e Capital Total em até 90/10; e

ii) Do ICSD igual ou superior a 1,0 (um inteiro), conforme a fórmula descrita no Anexo I da Escritura de Emissão.

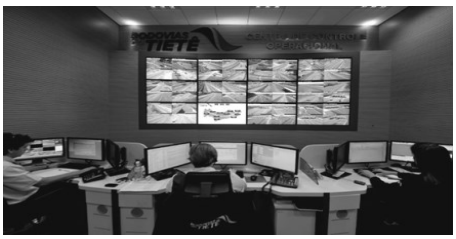
Além disso, a Companhia pagou aos titulares das Debêntures um prêmio flat de 0,55% sobre o saldo do valor nominal unitário atualizado na data de realização da AGD.

Em 12 de Junho de 2017 foi realizada nova assembleia geral de debenturistas (AGD) onde os debenturistas autorizaram a Companhia cumprir os Índices Financeiros abaixo.

(i) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, para o período findo em 30 de junho de 2017 para que seja igual ou superior a 0,60; e

(ii) que a relação entre Dívida Financeira e Capital Total, para o período findo em 30 de junho de 2017 seja de até 93/7.

Assim, a Companhia ficou dispensada de cumprir os Índices Financeiros estabelecidos na Cláusula 4.16.3, item “m”, subitens “i” e “ii” da Escritura de Emissão. Além disso, foi autorizada a utilização de parte dos recursos depositados na “Conta Reserva do Serviço da Dívida” para o pagamento da Remuneração em 14/06/2017, além da recomposição do Saldo Obrigatório da Conta Reserva de Serviço da Dívida até 29 de Setembro de 2017, na qual foi cumprida pela Companhia.



Debêntures - (continuação)

Em 31 de julho, a Companhia divulgou na Comissão de Valores Mobiliários – CVM, uma proposta da Administração para a sua reestruturação financeira ("Proposta da Administração"), a fim de readequar o perfil de endividamento ao seu fluxo de caixa ("Plano Financeiro").

Alterações propostas:

- Prazo de Vigência e Data de Vencimento;
- Amortização Programada;
- Alteração da proporção do valor nominal unitário a ser amortizado;
- Alteração do pagamento de remuneração;
- Exclusão de índices financeiros;
- Alteração do Quórum; e
- Alteração na estrutura de contas reservas.

Em 29 de setembro de 2017 foi realizada Assembleia Geral de Titulares de Debêntures ("AGD") a fim de aprovar o referido Plano Financeiro, onde a maioria dos debenturistas presentes votou a suspensão da assembleia por 60 dias, ou seja, até a data de 28 de novembro de 2017.

Em 13 de dezembro de 2017 foi realizada Assembleia Geral de Titulares de Debêntures ("AGD") a fim de aprovar o referido Plano Financeiro, onde a maioria dos debenturistas presentes votou por não aceitar a reestruturação, nos termos da Proposta da Administração.

Ainda na mesma AGD, os debenturistas autorizaram a Companhia cumprir os Índices Financeiros abaixo.

i) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, para o período findo em 31 de dezembro de 2017 para que seja igual ou superior a 0,60; e

ii) Que a relação entre Dívida Financeira e Capital Total, para o período findo em 31 de dezembro de 2017 seja de até 94/6.

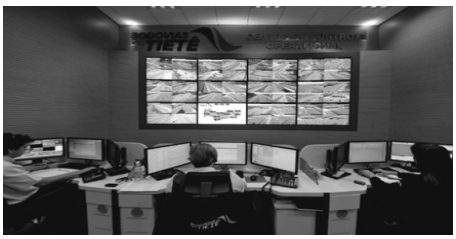
Assim, a Companhia ficou dispensada de cumprir os Índices Financeiros estabelecidos na Cláusula 4.16.3, item "m", subitens "i" e "ii" da Escritura de Emissão. Além disso, foi autorizada a utilização de parte dos recursos depositados na "Conta Reserva do Serviço da Dívida" para o pagamento da Remuneração em 14 de dezembro 2017, além da recomposição do Saldo Obrigatório da Conta Reserva de Serviço da Dívida até 30 de Abril de 2018.

Debêntures - (continuação)

Em 30 de abril de 2018 foi realizada Assembleia Geral de Titulares de Debêntures onde foi não foi aprovada a nova proposta apresentada em 5 de abril de 2018 bem como a proposta reapresentada em 24 de abril de 2018 a fim de readequar o perfil de endividamento à sua estrutura de capital. Nessa mesma Assembleia foi aprovada a prorrogação do prazo para apresentação e aprovação pelos debenturistas de uma nova proposta de readequação da dívida e para a recomposição do saldo da Conta Reserva do Serviço da Dívida na sua totalidade até o dia 30 de maio de 2018.

Na eventualidade de ocorrência de um cenário mais adverso é convicção da Administração que a continuidade da Companhia não será afetada, por conta da alienação fiduciária das ações da Companhia em garantia dada em favor do Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas e em benefício destes, assim como dos mecanismos de salvaguarda existentes no contrato de administração de contas.

Período	ICSD	D/E Dívida e Patrimônio Liquido
Dezembro/2013	Não medido	83,67/16,33
Junho/2014	Não medido	83,95/16,05
Dezembro/2014	Não medido	84,35/15,65
Junho/2015	7,54	84,88/15,12
Dezembro/2015	1,82	87,95/12,05
Junho/2016	1,36	89,35/10,65
Dezembro/2016	1,46	89,66/10,34
Junho/2017	1,63	90,58/9,42
Dezembro/2017	1,47	91,15/8,85



Obras e Investimentos

Melhorias de Dispositivos - SP-300

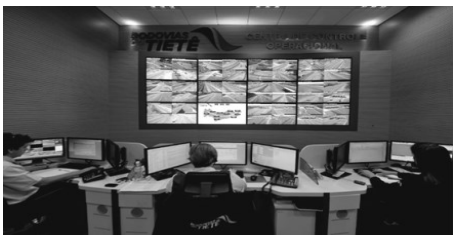
Conclusão de melhorias de 20 dispositivos na SP-300. O custo total incorrido até março de 2018 foi de R$ 9,4 milhões.

Recuperação de Pavimento - SP-308

Houve restauro do pavimento da rodovia SP-308, entre os quilômetros 127 ao 153, no sentido Norte. A obra em questão passou pela fresagem da faixa 02, ao longo dos 25 quilômetros. Para isso foi necessário executar um desvio de todo o tráfego para a pista Sul em segmentos de 5 km, proporcionando, excelentes condições de segurança tanto para o usuário como para os profissionais de obra. A terceira e última etapa da obra de recuperação de pavimento (referente ao trecho do km 132 ao km 137) foi pausada com expectativa de retomada em abril de 2018. O custo total estimado da obra é de R$ 20,4 milhões e o custo incorrido até março de 2018 foi de R$ 8,9 milhões.

Recapeamento do Dispositivo do km 171+700 da SP-300

Conclusão de melhoria de dispositivos na SP-300, foi executado o recapeamento de aproximadamente 1 km no dispositivo (etapa final da implantação do dispositivo, que foi realizada pela concessionária em 2015) . O custo total incorrido até março de 2018 foi de R$ 785 mil.



Obras e Investimentos

Recapeamento das Rodovias Vicinais

Melhoria de 5 vicinais, sendo elas IDT-085/101, MOR-137/101, MOR-293/101, BTC-353/300 e PRD-010/300. Três vicinais estão concluídas e as demais estão em fase de finalização. O custo total estimado até o fim das obras é de R$ 9,8 milhões e o custo incorrido até março de 2018 foi de R$ 9,2 milhões.

Duplicação da SP-101 x SP-113

Duplicação de cerca de 1km de cada uma das rodovias (SP-101 e SP-113) para possibilitar a implantação de um novo entroncamento para as vias. O custo total estimado até o fim das obras é de R$ 5 milhões e o custo já incorrido até março de 2018 foi de R$ 955 mil.

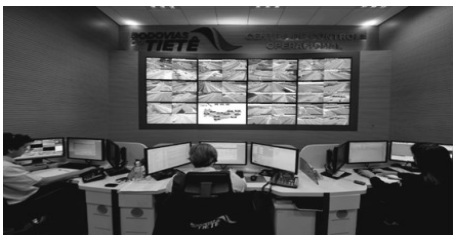
Responsabilidade Socioambiental

Café na Passarela

O Café na Passarela possui duas edições a cada mês, e tem como objetivo orientar e incentivar os pedestres a utilizarem a passarela, e ressaltar os motivos de segurança. Os usuários são conscientizados pela Concessionária com o apoio da ARTESP, sobre a importância do uso da passarela na travessia, como forma de garantir a sua própria segurança e de seus familiares. O evento tem o apoio da ARTESP, e são escolhidos locais com grande fluxo de pessoas nos horários de pico. Esta atividade faz parte do Plano de Redução a Acidentes (PRA).

Projeto #Escola

O Projeto Escola visa instruir as crianças no bom comportamento no trânsito, com dicas, vídeos educativos e orientações sobre os perigos no trânsito. O Abrace o trânsito promove uma manhã lúdica com apresentação de vídeos do Denatran, palestras de orientação, onde os alunos podem entender que a Concessionária Rodovias do Tietê cuida de todos da família no momento da viagem, seja ela de carro, caminhão, ônibus ou motocicleta. A Concessionária apresenta seu trabalho e depois mostra a estrutura da empresa passando também pelo CCO – Centro de Controle de Operações onde os estudantes conhecem como é feito o monitoramento do tráfego. A visita é finalizada com um simulado de atendimento de acidentes com uma ambulância da Concessionária. Parte das escolas dos municípios de Salto, Elias Fausto, Capivari e Rafard foram beneficiadas com o programa.

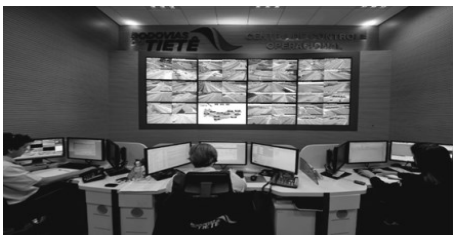


Balanço Patrimonial

Ativo (em R$ mil)	31/03/2018	31/12/2017
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	45.289	32.301
Contas a receber (Nota 6)	15.804	20.066
Despesas Antecipadas	960	1.536
Impostos a recuperar (Nota 7)	9.998	10.570
Outros ativos	1.507	1.450
	73.558	**65.923**
Não circulante		
Aplicações financeiras vinculadas (Nota 5)	208.143	188.716
Tributos a recuperar (Nota 7)	413	6.529
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8)	141.349	135.180
Despesas antecipadas	91	100
Depósitos judiciais (Nota 13.a)	25.844	25.316
Outros ativos	4.741	4.740
Imobilizado (Nota 9)	9.370	9.722
Intangível (Nota 10)	1.192.245	1.188.950
	1.582.196	**1.559.253**
Total do ativo	**1.655.754**	**1.625.176**

Balanço Patrimonial

Passivo (em R$ mil)	31/03/2018	31/12/2017
Circulante		
Fornecedores e prestadores de serviços (Nota 11)	17.761	22.011
Debêntures (Nota 14)	76.836	51.137
Credor pela concessão	380	327
Obrigações tributárias	2.808	2.742
Obrigações trabalhistas	5.807	5.404
Provisões (Nota 13)	49.875	34.041
Outros passivos	232	241
	153.699	**115.903**
Não circulante		
Debêntures (Nota 14)	1.300.987	1.287.738
Provisões (Nota 13)	78.289	89.824
Mútuos a pagar a partes relacionadas (Nota 12.b)	106.392	103.246
Outros passivos	1.728	1.785
	1.487.396	**1.482.593**
Total do passivo	**1.641.095**	**1.598.496**
Patrimônio líquido (Nota 15)		
Capital social	303.578	303.578
Prejuízos acumulados	(288.919)	(276.898)
Total do patrimônio líquido	**14.659**	**26.680**
Total do passivo e patrimônio líquido	**1.655.754**	**1.625.176**

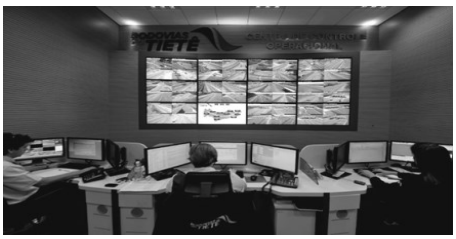


Demonstrações dos Resultados

Demonstração dos Resultados (em R$ mil)	31/03/2018	31/03/2017
Receita operacional líquida (Nota 16)	66.184	60.344
Custos dos serviços prestados (Nota 17)	(40.987)	(38.561)
Lucro bruto	**25.197**	**21.783**
Despesas e receitas operacionais:		
Gerais e administrativas (Nota 17)	(4.076)	(4.423)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	3.955	125
	(121)	**(4.298)**
Lucro operacional	**25.076**	**17.485**
Despesas financeiras (Nota 18)	(47.197)	(46.662)
Receitas financeiras (Nota 18)	3.931	8.741
	(43.266)	**(37.921)**
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	**(18.190)**	**(20.436)**
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8)	6.169	6.743
Prejuízo do período	**(12.021)**	**(13.693)**
Prejuízo básico e diluído por ação - em R$ (Nota 20)	(0,00040)	(0,00045)

Fluxo de Caixa

Demonstração do Fluxo de Caixa (em R$ mil)	31/03/2018	31/03/2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(12.021)	(13.693)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(6.169)	(6.743)
Depreciação e amortização	9.486	7.122
Rendimentos de aplicações financeiras	(3.146)	(7.938)
Perda na baixa de bens do ativo intangível e imobilizado	32	-
Juros e variações monetárias sobre financiamentos e debêntures	41.100	41.369
Juros sobre mútuos com partes relacionadas	3.146	3.904
Provisões para demandas judiciais	1	
Provisões para manutenção em rodovias	3.033	6.085
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção em rodovias	1.218	630
Variação monetária sobre provisão para investimentos	47	47
	36.727	**30.783**
Variação nas contas de ativo		
Contas a receber	4.262	(1.298)
Despesas antecipadas	585	440
Tributos a recuperar	6.687	2.601
Depósitos judiciais	(528)	(902)
Outros ativos	(57)	(4.012)
Variação nas contas de passivo		
Fornecedores e prestadores de serviços	(4.250)	(9.099)
Credor pela concessão - ônus variável	53	(411)
Obrigações tributárias	66	(482)
Obrigações trabalhistas	403	(25)
Outros passivos	(66)	(239)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**43.882**	**17.356**
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aplicações financeiras	(16.281)	-
Investimentos no ativo imobilizado	(21)	(21)
Investimentos no ativo intangível	(12.129)	(10.328)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) nas atividades de investimento	**(28.431)**	**(10.349)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de prêmio sobre financiamentos e debêntures	(2.463)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	**(2.463)**	-
Aumento (diminuição) líquido do caixa e equivalente de caixa	**12.988**	**7.007**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**32.301**	**1.680**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**45.289**	**8.687**



Relacionamento com o Auditor

No primeiro trimestre de 2018, a Concessionária contratou a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (“PwC”) para a realização de outros trabalhos relacionados a compliance, mas que não afetaram a independência e objetividade da PwC para revisar as informações trimestrais (ITRs) relativas ao primeiro trimestre de 2018.

Ao contratar outros serviços de seus auditores externos, a política de atuação da Companhia se fundamenta nos princípios que preservem a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.